



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , de 2007. (Dep. Mário Heringer)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, sobre a participação das Organizações Não Governamentais.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no Art. 50 § 2º da Constituição Federal e na forma dos Art. 115, inciso I, e Art. 116, inciso II, do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, as seguintes informações:

- Desde a implantação do Programa Brasil Alfabetizado até o presente, quantas foram as auditorias realizadas em virtude de suspeita de mau uso dos recursos públicos ou outras supostas irregularidades?
- Quantas e quais foram as Organizações Não Governamentais já identificadas como irregulares ou problemáticas, em quais municípios registraram-se as irregularidades ou problemas, quais os problemas identificados e quais as medidas corretivas/punitivas adotadas pelo Ministério da Educação?
- Quais os dados da prestação de contas do Programa Brasil Alfabetizado desde sua implantação e quais as orientações ou exigências apresentadas pelo Tribunal de Contas da União relativamente ao Programa?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Com as alterações instituídas no Programa Brasil Alfabetizado por meio do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, e das resoluções/FNDE nº 12, de 24 de abril de 2007, nº 13, de 24 de abril de 2007, nº 32, de 2 de julho de 2007, e nº 33, de 3 de julho de 2007, como fica a participação das ONGs no Programa Brasil Alfabetizado? A que se devem as referidas alterações, em particular no que respeita à participação das ONGs?
- Como o Ministério da Educação se coloca ante as denúncias apresentadas pelo jornal Correio Braziliense na série de reportagens publicada em 26 de agosto de 2007 sob o título “ONGs fazem a farra com escolas-fantasma” (reportagens abaixo transcritas)?

JUSTIFICAÇÃO

Em uma série de reportagens publicada sob a manchete “ONGs fazem a farra com escolas-fantasma”, o jornal Correio Braziliense de 26 de agosto de 2007 denunciou indícios de fraudes no Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação. Transcrevemos abaixo o inteiro teor das reportagens, a fim de esclarecer seu conteúdo que julgamos da maior relevância para a presente demanda.

“ONGs FAZEM A FARRA COM ESCOLAS-FANTASMA

Era para ser o maior programa contra o analfabetismo no país, mas está se transformando em mais uma triste lição de como fraudar o governo. Organizações não-governamentais (ONGs), cadastradas no Ministério da Educação, que deveriam ensinar a ler e a escrever, abusam de endereços falsos e turmas inexistentes para justificar os recursos recebidos do Brasil Alfabetizado, que no ano passado levou R\$ 170 milhões da União. A reportagem percorreu diversas turmas em três estados e no Distrito Federal. O resultado foi o mesmo: uma aula de irregularidades.” (Correio Braziliense, capa, 26/08/2007).

“Maior programa educacional do governo é alvo fácil para ONGs desonestas: elas recebem verba da União, não formam turmas nem ensinam a ler e escrever. Fiscalização do ministério é falha e permite irregularidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOGO SUJO NA ALFABETIZAÇÃO

ALANA RIZZO E ALESSANDRA MELLO DO ESTADO DE MINAS

Maior programa de educação do governo federal, o Brasil Alfabetizado, criado em 2003 para erradicar o analfabetismo no país, se transformou em alvo fácil para organizações não-governamentais (ONGs). Fraudes e irregularidades fazem parte do currículo do programa, que somente no ano passado recebeu R\$ 170 milhões da União, sendo que desse total R\$ 51 milhões foram parar nas mãos de ONGs. A reportagem percorreu turmas de diversas ONGs cadastradas no Ministério da Educação (MEC) em três estados e no Distrito Federal. O resultado foi o mesmo: endereços falsos e inexistentes, turmas fantasmas e alfabetizadores que desconhecem o programa ou têm formação precária.

Grande parte dos recursos do programa de alfabetização é comandada pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ONG criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), presidida até 2005 pelo atual ministro da Previdência Social, Luiz Marinho. Este ano, ela recebeu R\$ 8,2 milhões, mas muitas de suas turmas não funcionam, pelo menos em Recife. No local onde deveria haver uma das turmas da ADS funciona um restaurante self-service. Antes, o imóvel abrigava uma distribuidora de água mineral.

Em Minas Gerais, uma pequena cidade no sul do estado deveria ter reduzido significativamente os índices de analfabetismo com o programa, se ele tivesse sendo cumprido. De acordo com o MEC, o município de Paraisópolis tem 536 alfabetizando em 42 turmas. Os responsáveis pelo programa na cidade confirmam o funcionamento de apenas nove turmas, mantidas pela Alfabetização Através da Literatura (Alfalit), com sede no Rio de Janeiro, e pela Associação dos Estudantes Secundaristas de Paraisópolis (Asesup). Algumas turmas cadastradas na cidade têm endereço fictício. Uma delas está numa praça pública e outra em um imóvel à venda.

Fantasmas

Com pouco mais de 20 mil habitantes, Paraisópolis deveria ter mais de um terço de seus analfabetos estudando em turmas do Brasil Alfabetizado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 1.470 analfabetos e o MEC registra que 536 pessoas estariam acompanhando aulas em alguma das 42 turmas do programa. Tarefa difícil é encontrar esses estudantes. A reportagem percorreu endereços das duas ONGs, a Alfalit e a Asesup e encontrou casas fechadas, turmas-fantasmas, endereços errados ou até registrados em nome de outras pessoas.

Em Belo Horizonte, o endereço de uma creche foi usada pela ONG Alfabetização Solidária (Alfasol), fundada pela ex-primeiradama Ruth Cardoso, em 1997, como sendo de uma das turmas, mas no local, não há curso. Os dirigentes da creche desconhecem a Alfasol e garantem que ela nunca atuou lá. No ano passado, houve aulas de alfabetização organizadas pela própria comunidade, sem recursos federais e nem de ONGs.

Três organizações atuam na cidade, mas apenas uma tem sede na capital. O Instituto Técnico para Educação e Cultura Vanja Orico tem oito turmas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

cadastradas. Já o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim, região metropolitana, tem cinco e a Associação Alfabetização Solidária (Alfasol), 20. Em um dos endereços registrados pela ONG, na Avenida Gabriela Varela, 580, no bairro Floramar, funciona a entidade Obras Educativas Padre Jiussane.

O coordenador de Captação de Recursos, Renato Braga Fernandes, informou nunca ter ouvido falar na ONG Alfasol. "Não temos nenhum curso de alfabetização em andamento. No ano passado fizemos, mas por iniciativa própria", diz.

Cadastros

De acordo com os dados do MEC, no local deveria funcionar a turma 496.285, que teria aulas de 23 de abril a 21 de dezembro. As aulas seriam de segunda a quinta-feira, das 19h às 21h30. A professora seria Milana Carvalho Ferreira e teria 25 alunos. Nos cadastros da entidade, também constam turmas com endereços errados e em outras cidades da Região Metropolitana de BH. A ONG, com sede em São Paulo, recebeu esse ano R\$ 4,3 milhões. A Alfasol iniciou seus trabalhos em 1997 com objetivo de reduzir os altos índices de analfabetismo no país. É uma das entidades que mais têm alunos cadastrados no site do MEC. São mais de 45 mil e 2.560 professores.

Em nota, a assessoria de imprensa da Alfasol informou que mantém na região de Belo Horizonte 20 salas de aula. Todas são periodicamente supervisionadas. No caso citado pela reportagem, a turma se encontra "suspensa, devido à baixa mobilização de alunos, conforme a última atualização realizada junto aos parceiros".

Na sede da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Casa Verde, em Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte, deveriam funcionar turmas de alfabetização de jovens e adultos, mantidas com recursos do governo federal. No entanto, a reportagem esteve no local duas vezes, nos horários estipulados de aula, e nenhum aluno foi encontrado. Apenas crianças brincando na quadra e no parquinho da sede. De acordo com cadastro do Ministério da Educação, de segunda a quinta-feira, das 14h30 às 16h30, e das 18h30 às 20h30, 40 analfabetos, divididos em duas classes, deveriam estar aprendendo a ler e escrever, no salão da associação. Mas no local não há o menor sinal da presença de alunos.

No Rio, em Belford Roxo, Baixada Fluminense, a situação se repete, com turmas-fantasmas, endereços inexistentes e alfabetizadores cadastrados em mais de uma ONG. As principais entidades que atuam na cidade são a Alfalit, comanda pelo pastor Marcos Túlio Lobato Ferreira, e a Confederação Brasileira de Mulheres (CBM). Criada 1988 e ligada ao MR-8, ex-organização guerrilheira, a confederação é hoje uma entidade de esquerda, ligada à Secretaria de Mulheres do PT, PDT, PSB e PCdoB, partidos da base do governo. Depois de serem procuradas, algumas entidades alteraram o cadastro e retiraram do site do MEC turmas com problemas. Os dirigentes das associações têm senhas para entrar no site e manter atualizadas as informações." (Correio Braziliense, p. 2, 26/08/2007).

"Sem fiscalização, ONGs recebem dinheiro e gastam como querem. Dados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do MEC são defasados

CADÊ A ESCOLA QUE ESTAVA AQUI?

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o programa Brasil Alfabetizado tem mais de 1,6 milhão de alunos, 85.394 alfabetizando e 673 entidades parceiras, entre prefeituras e ONGs. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para mais de 16 milhões de analfabetos no país. Alfabetizar toda essa gente não é tarefa simples e essa é uma das justificativas do governo federal para repassar o trabalho para as ONGs.

A forma como o programa funciona também agrada as entidades. Elas recebem o dinheiro do governo federal direto em uma conta corrente e, a partir daí, o controle acaba. Cada alfabetizador contratado deveria receber R\$ 120 por turma, com o mínimo de 10 alunos, e R\$ 7 por estudante extra. Alguns professores reclamam que há ONGs que repassam menos. A verba para essas entidades varia de acordo com o número de alunos e alfabetizadores cadastrados. Quanto mais, melhor.

Apesar de o governo disponibilizar no site www.mec.gov.br informações sobre as turmas, faltam dados. Endereços errados ou incompletos, nomes repetidos, desatualizados e incompletos são algumas das falhas mais comuns no cadastro. Em Paraisópolis, por exemplo, consta uma turma na Praça São Benedito, sem número. No local, há uma praça de esportes e moradores afirmam que não há aulas na região. Sem acompanhamento, os dirigentes ficam livres para investir da forma que quiserem.

As ONGs são responsáveis por capacitar os professores, que geralmente são de comunidades carentes e não precisam comprovar nível de escolaridade, mas apenas participar dos cursos. Muitos têm escolaridade precária e nunca passaram por cursos de técnicas de alfabetização.

Também fica por conta das entidades a seleção dos alunos e organização de todo o processo, desde o funcionamento das aulas aos gastos dos recursos. Trinta e dois por cento das turmas funcionam nas próprias casas dos professores. As ONGs são dispensadas até mesmo de encontrar um local para as aulas. A responsabilidade é transferida para os alfabetizadores contratados, que também precisam correr atrás de alunos para formar as turmas.

No último ano, o MEC reformulou o programa com o objetivo de aproveitar melhor os recursos públicos. Além de ampliar o período de alfabetização de seis para oito meses, estabeleceu piso para bolsa oferecida aos alfabetizadores e aumentou o valor dos recursos destinados a estados e municípios. Denúncias de irregularidades no programa levaram a uma auditoria no mês passado. Técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) percorreram 13 estados e 41 municípios.

Foram encontrados indícios de fraudes graves em nove ONGs, que estão com a verba bloqueada. O valor desses convênios é de R\$ 4,4 milhões, dos quais a metade já foi gasto. Nenhuma das entidades citadas pela reportagem consta na lista. As demais ONGs foram divididas em grupos: 13 foram liberadas, entre elas, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Betim e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Mas, segundo o MEC, elas ainda precisam comprovar os resultados do programa. As demais entidades vão passar por uma auditoria mais completa nos próximos meses. (AR e AM).” (Correio Braziliense, p. 3, 26/08/2007).

“Muitas turmas sequer funcionam e outras estão registradas em localidades onde os moradores nunca ouviram falar de cursos de alfabetização

EM PERNAMBUCO, ENDEREÇOS FICTÍCIOS ANDREA PINHEIRO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife — As histórias de irregularidades do Brasil Alfabetizado se repetem também em Pernambuco, que tem 46 entidades cadastradas no programa e que deveriam alfabetizar mais de 109 mil jovens e adultos, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Desse total, nove atuam em Recife e são responsáveis por 14 mil alunos. Na prática, muitas turmas sequer funcionaram e outras foram interrompidas antes da data prevista, apesar de constarem como efetivas ou em atividade no MEC. E mais grave: vários dos endereços registrados pelo ministério como locais de realização dos cursos de alfabetização são falsos.

É o caso do número 191 da Rua Vinte e Quatro de Maio no centro da capital pernambucana, cadastrado pela Agência de Desenvolvimento Solidário, ONG com sede em São Paulo, criada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1999. Há 20 dias, funciona um restaurante self-service no prédio, que antes abrigava um depósito de água mineral. O lugar, de acordo com o MEC, seria a residência da alfabetizadora Vera Lúcia de Melo Lira, que deveria dar aulas em um dos ambientes da casa. Na vizinhança, ninguém a conhece e também nunca ouviu falar sobre o programa ou sobre aulas para jovens e adultos. A reportagem percorreu outros endereços da lista do MEC e constatou o mesmo problema.

A Prefeitura do Recife é a instituição com o maior número de alfabetizadores cadastrados pelo MEC na cidade — são 363, que atendem a cerca de 10 mil alunos. A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) é a terceira maior, com 36 alfabetizadores responsáveis por 42 salas de aulas no Recife. Antes dela, aparece a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), com 53 alfabetizadores em 60 turmas. Nenhuma delas iniciou as atividades.

A estudante de pedagogia Rozália Florêncio Chico é uma das monitoras vinculadas à CMB. De acordo com o cadastro do MEC, as aulas ministradas por ela deveriam acontecer entre janeiro e setembro deste ano. No entanto, não há previsão para começarem e nem local estabelecido para receber os alunos. “Estamos à espera da definição das datas”, conta. Ela também diz que o curso deverá ocorrer numa creche ou no clube de mães do Bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife. O MEC informa, porém, que ela daria as aulas em sua residência. Registrada no programa como alfabetizadora da ONG Congresso Afrobrasileiro, sediada em São Paulo, Rosenilda nunca ouviu falar da entidade, que só este ano recebeu dos cofres do governo federal R\$ 266 mil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CARÊNCIAS REGISTRADAS NO RIO RICARDO MIRANDA DA EQUIPE DO CORREIO

Rio — Uma das áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e maior concentração populacional do Rio de Janeiro, Belford Roxo, na Baixada Fluminense, é um dos alvos preferidos de ONGs assistencialistas com viés político, como a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB). Criada em 1988 e ligada ao MR-8, ex-organização guerrilheira e hoje um incipiente agrupamento de esquerda da qual ainda fazem parte algumas de suas integrantes, a CMB tornou-se no governo Lula uma das porta-estandartes do programa federal de alfabetização de adultos, o Brasil Alfabetizado. No ano passado, o governo repassou recursos para a abertura de 198 turmas no estado, em cidades da Baixada, como Nova Iguaçu, Belford Roxo e Japeri, além de São Gonçalo.

Este ano, está prevista a abertura de 130 turmas, mas segundo Conceição Cassano, coordenadora da ONG no Rio, elas ainda estão “em fase de implantação” — ou seja, muitas ainda não funcionam. Os professores são escolhidos nas próprias comunidades. É o caso de Samanta Lemos Reis, de 21 anos, uma das educadoras voluntárias. Como muitas colegas recrutadas pela CMB, ela só tem o certificado de um recém-concluído curso de magistério do Instituto de Educação de Belford Roxo. Samanta já foi informada de que a sala de aula improvisada terá que mudar de endereço. A creche onde à noite ocorriam as aulas — sempre de 19h às 21h30, de segunda a quinta — requisitou o espaço. Agora, as turmas serão alfabetizadas numa igreja.

Cartilha

Mesmo transtorno vivido pela educadora Kátia Cilene Gerard Pereira Rodrigues, que dá aulas no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Santa Luzia. Kátia, que está cursando pedagogia na Universidade Castelo Branco, guarda o escasso material didático — uma cartilha e livros que conseguiu por meio de doações — num armário em sua casa muito simples, onde vive com a mãe e dois filhos.

No tempo livre, ela dá aulas de reforço. Voluntária da Confederação das Mulheres do Brasil, ela diz que já trabalhou para outra ONG, a Alfalit, mas que se desvinculou por exigência da primeira. “Não permitem trabalhar em mais de uma ONG ao mesmo tempo”, diz ela.

No entanto, ela aparece no cadastro do MEC como alfabetizadora da Alfalit, só que o endereço da turma número 476.987 em que ela daria aulas é Avenida Anhanguera, 65, no salão de uma igreja. Teoricamente, essa turma deveria ter começado as aulas em maio e concluído em dezembro. Já a turma de Kátia Cilene pela CMB era registrada com o número 493.535. Depois de procurada pela reportagem, as informações sobre suas turmas desapareceram do site do MEC.

HÁ FALHAS TAMBÉM NO DF

Turmas do programa Brasil Alfabetizado que aparecem no site do Ministério da Educação como em funcionamento no Distrito Federal não existem. De acordo com registros do ministério, atualizados até a semana passada, a Associação Comunitária de Saúde, com sede em Sobradinho, tem, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

acordo com cadastro do MEC, 1.050 alfabetizandos distribuídos em 21 cursos, que deveriam estar acontecendo.

Em 2004, essa organização não-governamental recebeu R\$ 46.728 para a implantação do programa. No ano seguinte, o repasse foi de R\$ 98.208 também para a formação de jovens e adultos, além de R\$ 972 mil em 2006 para o programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes. Só que nenhuma das turmas de alfabetização está funcionando.

“Não dei aulas”

De acordo com o cadastro do MEC, Jaqueline de Lima Araújo, de 19 anos, dá aulas em duas turmas de 25 alunos cada uma, no Vale do Amanhecer, em cursos que teriam se iniciado em 17 de abril e terminariam em 30 de novembro. Na verdade, ela ministrou aulas no ano passado. Uma de suas turmas tinha 15 alunos, dos quais Jaqueline calcula que somente dois foram efetivamente alfabetizados. “Era um pessoal carente, que entrava e saía com frequência da aula por causa de trabalho”, conta a ex-professora, que foi alfabetizadora enquanto concluía o terceiro ano do ensino médio.

A Raquel Gomes Targino, de 22 anos, é atribuída uma turma que teria se iniciado em 10 de fevereiro e sido concluída em 10 deste mês. O local de funcionamento seria o Bairro Araponga, em Planaltina. “Não dei aulas este ano”, conta Raquel. No ano passado, ela teve uma turma que começou com 25 alunos — o mesmo número atribuído para a suposta turma deste ano — e terminou com 15, dos quais cerca de 10 conseguiram aprender a ler e escrever. Cada professora recebia R\$ 260 mensais por turma de alfabetização.

Documentação

A coordenadora-pedagógica responsável pelos cursos da Associação Comunitária de Saúde, Mara Rúbia de Abreu Lobo, confirma que as turmas da ONG não funcionaram este ano. Segundo ela, no fim de dezembro de 2006, o MEC pediu uma documentação para a associação, e não houve tempo para providenciá-la.

Assim, a ONG ficou fora do programa. “Isso deixou a gente muito chateada”, diz Mara Rúbia. Ela afirma que os cursos dados em 2006 foram feitos com recursos do convênio firmado em 2005. A coordenadora-pedagógica coordena cursos de uma outra entidade, a Associação Positiva de Brasília, os quais, afirma, estão ocorrendo com normalidade. A ONG, que funciona na Quadra 10 de Sobradinho, tem placas anunciando a realização de cursos profissionalizantes.” (Correio Braziliense, p. 4/5, 26/08/2007).

Com base nas informações acima descritas, e preocupados com a destinação dos recursos públicos na área educacional, em particular com a possibilidade da existência de fraudes e outras ilegalidades no principal programa de alfabetização de jovens e adultos do Governo Federal, apresentamos o presente Requerimento de Informações, a fim de obter os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

devidos esclarecimentos por parte do Ministério da Educação.

Não é excessivo lembrar que nossa tarefa constitucional, como membros do Congresso Nacional, é “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta” (CF, art. 49, X).

Sala das Sessões, em de setembro de 2007.

DEP. MÁRIO HERINGER
PDT/MG